

Alunos de áreas irregulares terão ônibus

Secretaria decide que ocupação ilegal de regiões não pode comprometer escolaridade de crianças

GABRIELA ATHIAS

O secretário municipal de Educação de São Paulo, João Gualberto Menezes, está estudando a criação de um sistema público de transporte escolar para servir alunos residentes em áreas de ocupação irregular, onde a prefeitura não tem autorização para construir novas escolas ou instalar classes emergenciais pré-fabricadas. “Por um lado, não podemos descumprir a lei, que proíbe construções nesses locais, e, por outro, temos de atender os alunos”, explica Gualberto ao referir-se a locais como a reserva de Guarapiranga, por exemplo.

O projeto de transporte escolar depende do resultado do mapeamento de demanda de matrícula que deverá ser concluído nos próximos dias. A partir desse levantamento, o secretário terá o panorama da procura por vagas nos bairros de São Paulo e poderá determinar os locais onde serão instaladas as salas pré-fabricadas e onde poderão ser distribuídos ônibus escolares.

Até o ano passado, cerca de 200 mil alunos paulistas de vários municípios dependiam de transporte escolar. Com a entrada em vigor do Fundo de Valorização do Magistério (que destina a verba do ensino fundamental exclusivamente ao pagamento de professores e à melhoria do ensino), as prefeituras passaram a reclamar do custo desse serviço, que apresenta variação de até 50% entre os municípios. Pa-



João Gualberto estuda a criação de sistema de transporte escolar

ra o Estado – que repassa cerca de R\$ 100 por aluno/ano às prefeituras –, o custo do transporte costuma ser maior do que o da merenda enviada mensalmente às escolas.

O custeio do transporte levou alguns prefeitos a municipalizarem a educação. O prefeito de São João da Boa Vista (SP), Laert Lima Tei-

xeira (PSDB), por exemplo, chegou a declarar no início do ano passado que assumiu duas escolas, que antes eram do Estado, para ter condições de financiar o serviço dos ônibus escolares.

Vagas – Gualberto adiantou que a Secretaria está tentando obter có-

pias das listas de alunos sem vagas feitas por associações de bairro e voluntários. “Vamos verificar a origem desses cadastros para garantir as vagas”, diz o secretário. A assessoria de Gualberto está entrando em contato com a associação de pais de Capela do Socorro, na Cidade Dutra, periferia da zona sul, que até ontem havia cadastrado cerca de 600 candidatos a uma vaga na rede pública.

De acordo com o secretário, o prédio da Secretaria de Estado da Saúde, ocupado no dia 6 pela associação de pais para virar escola, ainda não foi oficialmente cedido para a Secretaria Municipal da Educação. Como o edifício pertence ao governo do Estado, o pedido de cessão será feito pelo prefeito Celso Pitta. O problema é que a maioria dos candidatos sem vaga da região de Capela do Socorro, cadastrados pela voluntária Marlene Ferreira de Souza, quer estudar na “nova” escola. Ano passado, os moradores dessa região ocuparam um prédio e transformaram-no na Sala Chico Buarque.

Os sem-vaga que se cadastraram na zona sul assinaram uma procuração para que o advogado Fernando Marques Ferreira, coordenador da Subcomissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil, possa representá-los contra o Estado ou a prefeitura caso não consigam vaga.

A Assessoria de Imprensa da Secretaria Municipal de Educação informou que o secretário está enviando ofícios a organizações que trabalham com direitos da infância para que informem sobre a existência de crianças fora da escola. A intenção é não deixar ninguém sem estudar.